

Estado e Município retomam a implantação do SUS com Inamps

ELAINE RODRIGUES

Depois de duas semanas trocando farpas — com ameaças de privatização e de abandono dos hospitais e postos de saúde federais à própria sorte — o Inamps, a Prefeitura do Rio e as Secretarias estadual e municipal de Saúde retomam hoje, em Brasília, as negociações para a implantação do Sistema Único de Saúde no Rio. Em pauta, a transferência das unidades do Inamps para o Município. Para defender sua posição, de condicionar o recebimento das unidades à reformulação do sistema de financiamento, o Município vai levar o relatório da auditoria feita, nos últimos quatro meses, em 26 hospitais e PAM's.

O relatório foi apresentado ontem aos integrantes do Conselho Municipal de Saúde — convocados, às pressas, para a sua primeira reunião a fim de discutir o problema da municipalização. Integrado por 24 representantes de entidades comunitárias, de sindicatos, prestadores de serviço e do poder público, o conselho, segundo seu secretário executivo, Vivaldo Lima Sobrinho, concordou, em princípio, com a posição defendida pelo secretá-

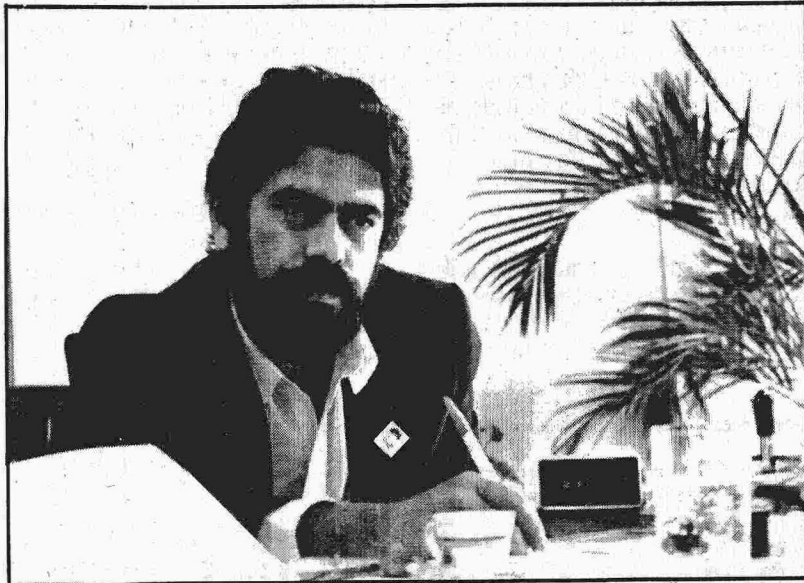


Foto de Lucio Marreiro

Vivaldo Lima defende mudanças para tornar viável a implantação do sistema

rio municipal de Saúde, Ronaldo Gazolla.

— Não somos contra a implantação do SUS, mas a municipalização é inviável nas bases do atual modelo de financiamento — afirmou Vivaldo.

Os membros do Conselho foram nomeados pelo prefeito Marcello Alencar no dia 11 de novembro, e ainda não tomaram posse oficialmente. Mas, a partir de agora, afirmou Vivaldo, o processo de municipalização se-

rá acompanhado pelo órgão, que entre suas atribuições tem o poder de fiscalizar o funcionamento do SUS.

Apesar das dificuldades de obter informações do Inamps e da Dataprev, a secretaria municipal de Saúde estima, com base em dados de 1990, que as 26 unidades auditadas consumiram Cr\$ 11 bilhões apenas com despesas de custeio. Entre os hospitais, o mais oneroso seria o de

Bonsucesso (Cr\$ 2,2 bilhões), seguido do Andaraí (Cr\$ 1,9 bilhão), e Lagoa (Cr\$ 1 bilhão). O maior PAM da rede, o de São Francisco Xavier, consumiria Cr\$ 337 milhões. Em ordem decrescente de despesas, viriam o PAM Bangu, com Cr\$ 281 milhões, e o PAM Del Castilho, com Cr\$ 278 milhões.

A principal proposta a ser apresentada ao presidente do Inamps, Ricardo Akel, é a regulamentação do artigo 35 da lei orgânica da Saúde, para garantir que a distribuição de recursos tenha como critério a capacidade instalada da rede pública. Atualmente, o critério utilizado pelo Ministério da Saúde é o da distribuição por equivalência populacional.

Além disso, a Prefeitura do Rio vai propor a reformulação do sistema de fiscalização, para incluir os conselhos de categorias profissionais. No relatório, a secretaria municipal de Saúde ressalta que, além do concurso de especialistas em procedimentos legais, “obras civis devem ser auditadas por engenheiros e arquitetos; contratos de alimentação por nutricionistas; aquisição de medicamentos por farmacêuticos”, e assim por diante.